

## **EDUCAÇÃO PARA FORMAÇÃO HUMANA: PRÁTICA DE ENFRENTAMENTO EM MEIO À CRISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA**

**ELIANA DE SOUSA ALENCAR MARQUES**

Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí e do curso de Pedagogia vinculada ao Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino do Centro de Ciências da Educação.  
E-mail: esalencar123@ufpi.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4990-4487>

### **RESUMO**

A atual conjuntura política vem concretizando ataques à direitos historicamente constituídos, estimulando a intolerância e produzindo reações favoráveis ao racismo, misoginia e a criminalização de movimentos sociais, ou seja, atitudes que ameaçam a democracia brasileira. Diante desse cenário, cabe-nos questionar: como garantir na atual conjuntura política uma educação que colabore com o fortalecimento da democracia brasileira? Frente ao cenário que se materializa é urgente e necessária a discussão sobre educação pública democrática, laica, gratuita e de qualidade para todos os cidadãos como condição fundamental no enfrentamento da realidade concreta. Nessa direção, apresentamos nesse artigo resultado de pesquisa bibliográfica realizada a partir da Psicologia Histórico Cultural e do Materialismo Histórico Dialético a fim de evidenciar que a educação, enquanto prática social humanizadora, aponta como possibilidade de enfrentar a atual realidade. Os resultados do estudo sinalizam que a educação para formação humana representa nesse cenário de luta, força capaz de produzir movimento de oposição ao projeto em curso no país. Aponta ainda para a necessidade do desenvolvimento de práticas educativas que contribuam com a formação de jovens capazes de desvelar as contradições que movimentam o real, levando-os ao desenvolvimento de ações verdadeiramente transformadoras no campo social e político.

**Palavras-chave:** Educação. Formação humana. Enfrentamento.

### **EDUCATION FOR HUMAN FORMATION: CONFRONTATION PRACTICE BEFORE THE CRISIS OF BRAZILIAN DEMOCRACY**

#### **ABSTRACT**

The current political situation has been materializing attacks against historically constituted rights stimulating intolerance and producing favorable reactions to racism, misogyny and the criminalization of social movements, in other words, attitudes that threaten Brazilian democracy. Before this scenario, it is up to us to wonder: how to ensure an education that collaborates in strengthening Brazilian democracy in the current political situation? Before the scenario that has been materialized, the discussion about democratic, secular, free, quality and public education for all the citizens is urgent and necessary as a fundamental condition at the confrontation of the materialized reality. In this sense, we present in this paper result of bibliographical research held based on Historical Cultural Psychology and Historical Dialectic Materialism in order to highlight that education points as a possibility of confronting the current reality as a humanizing social practice. The results of the study indicate that education for human formation represents strength capable to produce movement of opposition to the ongoing project in the the country in this scenario of struggle. It even points to the necessity of development of educational practices that contribute to the formation of young people capable of unveiling the contradictions that move what it is real by taking them to the development of truly transforming actions in the social and political fields.

**Keywords:** Education. Human Formation. Confrontation.

## EDUCACIÓN PARA FORMACIÓN HUMANA: PRÁCTICA DE ENFRENTAMIENTO EN MEDIO A LA CRISIS DE LA DEMOCRACIA BRASILEÑA

### RESUMEN

Frente a la actual coyuntura política que concretiza y amenaza a los derechos históricamente constituídos, que estimulan la intolerancia y producen movimientos favorables al racismo, misoginia y la criminalización de movimientos sociales, el artículo trata de responder a la siguiente pregunta: ¿Cómo garantizar en la actual coyuntura política una educación que colabore con el fortalecimiento de la democracia brasileña? Frente a este escenario que se materializa es necesario discutir la educación pública democrática, laica, gratuita y de calidad para todos los ciudadanos como condición fundamental en el enfrentamiento de la realidad concreta. En esa dirección, se discute en este artículo el resultado de la investigación bibliográfica realizada a partir de la Psicología Histórica Cultural y de el Materialismo Histórico Dialéctico a fin de evidenciar que la educación, como práctica social humanizadora, apunta como posibilidad de superar la realidad actual. Los resultados del estudio señalan que la educación para la formación humana representa en ese escenario de lucha, fuerza capaz de producir movimiento de oposición al proyecto en curso en el país. También, apunta a la necesidad de desarrollo de prácticas educativas que contribuyan con la formación de jóvenes capaces de revelar las contradicciones que mueven lo real, llevándolos al desarrollo de acciones verdaderamente transformadoras en el campo social y político.

**Palabras-clave:** Educación. Formación humana. Enfrentamiento.

### Introdução

O Brasil vive no momento atual uma crise política que representa ameaça concreta a democracia. Tomaram assento no poder forças reacionárias que tentam a todo custo impetrar ações que representam retrocessos inimagináveis em todas as esferas da sociedade. Especificamente, no campo da educação, tem sido frequente por parte dos agentes que hoje representam o poder público a tentativa de colocar a opinião pública contra a classe profissional docente sob a acusação de que os professores doutrinam os alunos por meio do que eles denominam “marxismo cultural”.

Um exemplo concreto disso é a tentativa de criminalização da atividade docente por meio da implantação do projeto intitulado “Escola sem partido”. Esse projeto tem como objetivo fundamental cercear a liberdade de cátedra dos docentes, impedito com isso o ensino do pensamento crítico tão necessário ao desenvolvimento de uma sociedade minimamente desenvolvida. Esses e outros projetos que estão em curso no Brasil sinalizam para as intenções do atual governo de manter a grande maioria dos brasileiros sob a égide da manipulação ideológica.

Boa parcela dos brasileiros comunga da mesma perplexidade expressa nas palavras de Saviani (2017, p. 215) “jamais poderíamos pensar que nossa democracia, (...) viesse a sofrer um duro golpe provocando um retrocesso político de proporções inimagináveis.” Ameaças a liberdade de pensamento e expressão, perseguição e patrulhamento das

manifestações artísticas, criminalização dos movimentos sociais, ameaças de morte e assassinatos de pessoas ligadas ao movimento de esquerda e defensores dos direitos humanos têm virado prática comum em nosso país e com apoio explícito dos agentes do estado. O que explica tal realidade? Como chegamos a isso no Brasil? Como reverter essa realidade?

A resposta a tais questões requer a compreensão de uma premissa simples: a realidade social humana é produzida historicamente, pelos próprios seres humanos, mediante determinadas condições de existência. Como tal, qualquer mudança nessa realidade implica mudança no processo de desenvolvimento histórico dessa realidade, portanto, depende dos seres humanos que produzem essa realidade. E quem são esses humanos? Como eles se formam? Como se tornam quem são?

A humanidade não nasce com o homem, esta é produzida mediante determinadas condições objetivas e subjetivas que são disponibilizadas na sociedade, portanto, o humano que nos tornamos é resultado das mediações sociais, históricas e culturais que temos acesso no curso da nossa existência. Sendo assim, respondendo às questões levantadas acima podemos dizer que a realidade que nós vivemos hoje no Brasil é produto de movimento histórico, portanto, das ações humanas. A possibilidade de reverter esse cenário também se encontra na realidade.

Diante de tais premissas, não podemos permanecer indiferentes ao debate que vem ganhando centralidade em nossa sociedade e que coloca em xeque a qualidade do trabalho que todos nós educadores desempenhamos nas instituições de ensino brasileiras, seja de educação básica, seja no ensino superior. Claro está que a intenção do poder público ao atacar frontalmente os profissionais da educação não tem outro propósito a não ser o enfraquecimento da educação pública, laica e democrática. Diante desse cenário, precisamos organizar movimentos de resistência que fortaleçam a luta pela educação democrática. Precisamos organizar formas de ação que constituam possibilidade real de enfrentamento ao projeto em curso.

Nesse artigo, nosso objetivo é apresentar argumentos que comprovem que uma das condições necessárias à superação da realidade na qual se encontra hoje o Brasil é a promoção de uma educação para a formação humana, ou seja, uma educação que se constitua como meio capaz de superar os obstáculos da realidade concreta, uma educação que, segundo Mészáros (2005), ofereça condições concretas de libertação para todos. Uma educação que forme o humano para a prática da liberdade. Para isso é preciso entender como se constitui o ser humano capaz de lutar pela sua emancipação.

O artigo está estruturado em duas partes. Na primeira, refletimos acerca do processo de constituição social, histórico e cultural do ser humano e das condições que medeiam o desenvolvimento da consciência humana. Essa reflexão é possibilitada pela análise das categorias da Psicologia Histórico Cultural. Na segunda parte, fazemos alusão à educação para formação humana como prática social capaz de consolidar o fortalecimento da democracia em nosso país. Finalizamos com considerações e indicação dos desafios que o momento histórico aponta como tendências frente ao cenário atual em que a sociedade brasileira se encontra.

### **O processo de constituição do ser humano e da atividade consciente**

A Psicologia idealizada por Vigotski (2009) e seus discípulos, representa um projeto de ciência fundamentada nos princípios do Materialismo Histórico e Dialético. Com base nesses princípios, o homem é concebido como ser social e historicamente constituído. E o que isso significa? Para Vigotski significa que nos tornamos humanos na relação com o mundo, mediada pelos objetos da cultura, historicamente produzidos.

A adoção dessa concepção de homem implica analisá-lo no seu processo histórico de constituição e desenvolvimento, ou seja, estudá-lo na sua relação dialética com o mundo e com os outros homens. Segundo Vigotski (2009), um corpo só se revela em movimento, portanto, se queremos entender como o ser torna-se o que é, precisamente temos que conhecer sua história.

A Psicologia Histórico Cultural propõe para realização dessa análise a reflexão a partir de algumas categorias teóricas que se aplicam ao estudo dialético do homem. Para as reflexões apontadas nesse artigo, desenvolveremos discussão teórica em torno das categorias atividade e consciência, ambas consideradas por nós essenciais para elucidar as seguintes questões: como nos tornamos humanos? Como desenvolvemos consciência acerca da realidade?

De acordo com Vigotski (2009) e Leontiev (1978), o desenvolvimento do psiquismo humano marca o início da etapa superior do desenvolvimento do homem; etapa em que as leis gerais que vão determinar o seu curso e desenvolvimento não serão mais as leis biológicas, mas sim, as leis socio-históricas. Nesse processo, a atividade representa a condição fundamental para o desenvolvimento da forma superior do psiquismo, que é a consciência humana. Portanto, a consciência encontra na atividade humana a condição de

desenvolvimento e transformação. Isso significa que a consciência humana tem natureza socio-histórica.

Leontiev (1978) esclarece que Vigotski dedicou-se à tarefa de elaborar uma ciência psicológica de base materialista dialética e marxista. Isso representava a compreensão da importância decisiva do problema da determinação socio-histórica da consciência humana. Vigotski foi, entre os soviéticos, o primeiro a exprimir a tese de que a história deveria tornar-se “o princípio diretor da edificação da psicologia do homem.” (LEONTIEV, 1978, p. 153). Para isso, passou a realizar estudos com o propósito de efetuar críticas contundentes às concepções biológicas e naturalistas que se detinham em explicar o comportamento humano a partir do comportamento animal. Os acontecimentos históricos mostraram que esse teórico não efetuou apenas críticas a essas correntes, mas, sobretudo, opôs-lhe a sua teoria do desenvolvimento histórico e cultural.

Vigotski (2004) introduziu duas ideias consideradas importantes para o avanço de uma psicologia concreta: a ideia da historicidade da natureza do psiquismo humano e da reorganização dos mecanismos naturais dos processos psíquicos no decurso da sua evolução socio-histórica e ontogenética. Essa reorganização acontecia com base na apropriação pelo homem dos produtos da cultura humana, por meio das relações sociais, como bem observa Leontiev (1978, p. 173):

O homem encontra na sociedade e no mundo transformado pelo processo socio-histórico os meios, as aptidões e saber-fazer necessários para realizar a atividade que mediatiza a sua ligação com a natureza. Para fazer seus os seus meios, as suas aptidões, o seu saber-fazer o homem deve entrar em relações com os outros homens e com a realidade humana material. É no decurso do desenvolvimento destas relações que se realiza o processo da ontogênese humana.

O autor difunde a ideia de que o homem, diferente do que postulam as demais correntes naturalistas, não só se adapta à natureza, mas sim produz meios de sua própria existência, mediatizando, regulando e controlando este processo pela sua atividade. O resultado é o surgimento de funções humanas, historicamente formadas, ou seja, das funções psíquicas superiores, tais como, pensamento, linguagem, memória, emoção, atenção dirigida, formação de conceito, percepção, criatividade, etc.

Para comprovar a tese de que o psiquismo tem natureza social, cultural e histórica, Vigotski (1998) desenvolve, em especial, os seguintes argumentos: as funções psíquicas

superiores do homem são de caráter cultural e os processos interiores intelectuais têm sua origem em atividade inicialmente exterior. Conforme ressalta o próprio autor:

Uma operação que inicialmente representa uma atividade externa é reconstruída e começa a ocorrer internamente. (...) um processo interpessoal é transformado num processo intrapessoal. Todas as funções da criança aparecem duas vezes: primeiro no nível social, e, depois, no nível individual; primeiro entre pessoas (interpsicológica), e, depois, no interior da criança (intrapicológica). (...). Todas as funções superiores originam-se das relações reais entre os indivíduos. (VIGOTSKI, 1998, p. 75).

Dito de outra forma, a estrutura mediatizada dos processos psíquicos aparece sempre a partir da apropriação pelo indivíduo das formas de comportamento que foram inicialmente formas de comportamento dos outros, imediatamente social. Ou seja, introduz-se a ideia de que o principal mecanismo de desenvolvimento do psiquismo do homem é a atividade; mecanismo que possibilita a apropriação das diferentes experiências e formas sociais historicamente constituídas:

Fiel aos seus pressupostos teóricos, Vigotski não se preocupou em estudar os fenômenos psíquicos em si, mas em analisar a atividade prática. Como se sabe, os clássicos do marxismo destacaram dessa atividade, em primeiro lugar, sua condição instrumental, o caráter mediado do processo laboral por meio de ferramentas. (LEONTIEV 2004, p. 440).

Tendo como matriz os fundamentos ontológicos e socio-históricos do pensamento marxista, a atividade passa a ser compreendida como categoria central na obra de Vigotski (1998) e Leontiev (1978). Entretanto, é fundamental esclarecer que para o primeiro autor há dois níveis de atividade prática:

É preciso distinguir dois níveis de atividade prática: o primeiro, “a simples mão”, o segundo, a mão armada de ferramentas e elementos auxiliares. Nesse sentido, tanto na esfera prática do homem quanto na esfera psíquica, a importância decisiva estava precisamente no segundo nível, o dos instrumentos. No campo dos fenômenos psíquicos, Vigotski deu ao primeiro nível o nome de processos psíquicos “naturais” e ao segundo o de processos psíquicos “culturais”. O processo “cultural” é o natural convertido em mediato através de instrumentos e meios auxiliares psíquicos específicos. (LEONTIEV, 2004, p. 440).

Essa ideia tem o propósito de fortalecer a sua tese de que as funções psicológicas superiores eram de origem cultural, tendo no uso de instrumentos seu principal fundamento. Para o teórico, era preciso compreender o caráter específico que adquire a ação do homem mediada por instrumentos nos processos psíquicos, sobretudo para sua determinação histórico e social. Kozulin (2002) esclarece que Vigotski buscou e encontrou nas ideias marxistas os

fundamentos que permitiram desenvolver uma teoria social da atividade humana, colocada em oposição ao naturalismo e à receptividade passiva da tradição empirista que serviam de base para explicar o desenvolvimento do comportamento humano.

Segundo Marx e Engels (2002), a atividade humana é de caráter social e eles explicam essa afirmação a partir de três aspectos: O primeiro deles é o fato de que o homem produz para satisfazer suas necessidades, o que envolve a produção da própria vida material, condição que eles consideram fundamental para a compreensão da história humana.

O segundo aspecto está ligado ao fato de que uma vez satisfeita a primeira necessidade, a ação de satisfazer e o instrumento utilizado para tal gera novas necessidades, o que impulsiona esse homem para continuar agindo.

O terceiro e último aspecto social da atividade é o fato de que os homens, no seu dia a dia, renovam a sua própria vida, começam a fazer novos homens, e se reproduzem. Enfim, a produção dos meios para a satisfação das necessidades humanas, a produção da própria vida material e a capacidade de produzirem a si mesmos, tudo isso caracteriza a dimensão social da atividade e, como tal, precisa ser observada e compreendida em todo o seu significado e em toda sua dimensão, atribuindo-lhe a importância devida.

Frederico (2009, p. 179), ao recuperar as origens da ontologia do ser social no jovem Marx, amplia essa ideia quando explica que, ao se distanciar de Hegel e Feuerbach, Marx dá passo decisivo no sentido de “conceder um estatuto ontológico básico e estruturador da sociabilidade humana.” Ou seja, Marx passa a considerar a atividade material como responsável pela autoformação do gênero humano. Com isso, atribui prioridade ontológica ao trabalho humano, passando a considerar que:

O homem, de ser sensível, passivo e sofredor, passa a ser visto como ‘ser automegador da natureza’ que, por meio do trabalho, desprende-se da natureza, diferenciou-se dela, elevou-se acima de seus limites, e sobre ela passou a exercer uma ação transformadora”. (FREDERICO, 2009, p. 179).

A atividade material que o homem desenvolve na invenção de novos instrumentos de trabalho que servem para mediar a sua relação com a natureza e os demais homens adquire caráter ontológico. No seu processo de criação e autocriação, vê-se obrigado a produzir cada vez mais novos instrumentos, o que dá origem ao “interminável processo de transformação do ambiente natural e humano, a incessante criação de mediações postas pelo processo de trabalho”. (FREDERICO, 2009, p. 179).

O que é importante salientar nessa relação é que homem e natureza não são mais vistos como separados e opostos; ao contrário, ambos passam a estabelecer relação dialética, mediada pela atividade humana material, de transformação (natureza) e autotransformação (homem). Isso acontece porque a atividade que o homem realiza é consciente.

Vázquez (2011) explica que a atividade propriamente humana apenas se verifica quando os atos dirigidos a um objeto para transformá-lo se iniciam com um resultado ideal, ou fim, e terminam com um resultado ou produto efetivo, real. Essa é a característica que distingue radicalmente a atividade do homem de qualquer outra que se encontre na natureza exatamente, porque a atividade humana implica a intervenção da consciência. A intervenção resulta na duplicação do resultado, ou seja, no resultado ideal e no produto real, conforme esclarece o autor:

O resultado real, que se quer obter, existe primeiro idealmente, como mero produto da consciência, e os diferentes atos do processo se articulam ou estruturam de acordo com o resultado que se dá primeiro no tempo, isto é, o resultado ideal. Em virtude dessa antecipação do resultado real que se deseja obter, a atividade propriamente humana tem um caráter consciente. Sua característica é que, por mais que o resultado real diste do ideal, trata-se em todo caso de adequar, intencionalmente, o primeiro ao segundo. (VÁZQUEZ, 2011, p. 222).

Não significa, assim, que o resultado obtido tenha de ser necessariamente coincidente. Significa que toda atividade humana é orientada por fins, previamente idealizados, e esses só existem através do homem, como produtos de sua consciência.

Marx e Engels (2002, p.26) atraíram Vigotski com a explicação de como se constitui a consciência humana a partir atividade:

A moral, a religião, a metafísica de todo tipo de ideologia, e as formas de consciência que lhes correspondem, perdem de imediato toda a aparência de autonomia. Não têm história, não tem desenvolvimento, são os homens que desenvolvendo a sua produção material e as suas relações materiais mudam sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência.

Esse processo tornou-se interesse de Vigotski (1998) que vê a atividade, sobretudo a psíquica, como produto e derivada do desenvolvimento da vida material; da atividade exterior material, que se transforma no decurso do desenvolvimento socio-histórico em atividade interna, em atividade da consciência. Essa ideia é desenvolvida tomando como fundamento o pensamento marxista na construção da sua teoria:



A produção das idéias, de representações e da consciência, está em princípio, diretamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens, é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento e o pensamento intelectual dos homens aparecem aqui como emanção direta do seu comportamento material. (MARX, ENGELS, 2002, p. 25).

Nesse sentido, os autores reafirmam a ideia de que é pelo exame do processo de vida ativa que a história humana deixa de ser mera coleção de fatos sem vida e passa a ser significada pelos homens. Consideram, pois, que “é na vida real, onde termina a especulação, que começa a ciência real, positiva, a representação da atividade prática, do processo de desenvolvimento prático dos homens.” (MARX, ENGELS, 2002, p. 27).

Outra contribuição para o entendimento do valor da atividade no desenvolvimento da consciência humana vem de Leontiev (1978). Embora esse teórico não deixe de reconhecer a importância das leis biológicas no desenvolvimento humano, credita à atividade valor imensurável na formação da consciência humana, enfatizando que as modificações hereditárias e as condições biológicas não determinam o desenvolvimento socio-histórico do homem e da humanidade. “Apenas as leis sócio-históricas regerão doravante a evolução do homem.” (p. 262).

Daí a necessidade de uma Psicologia que se proponha a investigar a consciência em sua materialidade, como forma de desmascarar e enterrar para sempre as explicações ficcionistas e fantasmagóricas de seu funcionamento. A consciência, para Vigotski (2004), somente se forma no processo de interiorização, por meio de relações sociais, constituídas em atividade. Ou seja, somente uma psicologia concreta pode dar conta desse estudo.

Para compreender a gênese da consciência na óptica da psicologia concreta, Leontiev (1978) considera fundamental descobrir as características psicológicas da consciência, mas, para isso, esta não pode ser isolada da vida real. Para este teórico:

Devemos, pelo contrário, estudar como a consciência do homem depende do seu modo de vida humano, da sua existência. Isso significa que devemos estudar como se formam as relações vitais do homem em tais ou tais condições sociais históricas e que estrutura particular engendra dadas relações. (LEONTIEV, 1978, p. 92).

O que o autor insere é a ideia de que a estrutura da consciência humana, sua evolução e desenvolvimento estão ligados à estrutura da atividade que se realiza no curso da vida. Conforme a atividade se complexifica, também se torna complexa a estrutura da consciência humana. Assim, o autor considera que a atividade é a base material da

consciência humana; a unidade que torna possível estudar concretamente a consciência do homem, sobretudo, a sua consciência em movimento.

O estudo da consciência em movimento, realizado por meio do estudo da atividade humana, torna-se possível pela caracterização psicológica dessa atividade. Ou seja, pela identificação das necessidades, motivos e objetivos que dão origem a uma ação, esta, por sua vez, “não reflete relações e ligações naturais, mas ligações e relações objetivas e sociais” (LEONTIEV, 1978, p. 78). A decomposição da ação do sujeito a partir desses elementos revela a orientação da atividade, ou seja, aquilo que constitui a unidade principal da atividade humana; “a unidade fundamental, social por natureza, do psiquismo humano, o sentido racional para o homem daquilo para que sua atividade se orienta”. (LEONTIEV, 1978, p. 78).

Em outras palavras, a consciência que o homem tem acerca da atividade que realiza, ou seja, o que ela representa para ele; como ele a compreende, as modificações que ela engendra na sua vida, tudo isso se reflete nas suas relações objetivas, no desenvolvimento da atividade, ou seja, na significação dessa atividade, algo que se cria na vida. Portanto, do ponto de vista psicológico concreto quer dizer:

Este sentido consciente é criado pela relação objetiva que se reflete no cérebro do homem, entre aquilo que o incita a agir e aquilo para o qual sua ação se orienta como resultado imediato. Por outras palavras, o sentido consciente traduz a relação do motivo ao fim. (LEONTIEV, 1978, p. 97).

Segundo o autor, o sentido é dado pela ligação, na consciência do sujeito, entre o objeto da sua ação e o motivo dessa ação. Esta ligação só acontece porque a atividade desenvolvida tem caráter essencialmente social. A importância disso reside no fato de que somente quando essa relação está presente na consciência do homem, a ação que ele realiza estando em atividade torna-se, de fato, consciente. É preciso que o sentido das suas ações seja descoberto, torne-se consciente; em outras palavras, é preciso saber o “porquê” fazer.

Todas essas assertivas que explicam como o ser humano forma sua consciência e assim estabelece relação dialética com a realidade, nos ajuda a entender a concretização da educação como processo de formação do gênero humano. Essa formação do gênero humano que é concretizada por meio da cultura acumulada e sistematizada, isto é, os saberes objetivos, ocorre nas instituições educativas formais mediante a atividade de ensino, organizada para este fim.

Entretanto, são necessárias condições para que isso aconteça. É preciso analisar quais são as condições que estão sendo produzidas para o professor realizar a atividade de ensino aprendizagem; quais são os motivos que orientam essa atividade; como ele compreende o que

faz; de que forma os significados e os sentidos que ele produz em atividade medeiam a sua relação com os alunos promovendo a mediação cultural necessária e fundamental para que a educação se efetive.

Em outras palavras, é preciso analisar o processo educativo a partir das dimensões objetiva e subjetiva da realidade. Na dimensão objetiva essas condições materializam-se nas políticas públicas para a educação, nas condições de funcionamento das escolas, ao currículo escolar, no projeto político pedagógico, nas condições de trabalho dos professores, nas condições de vida dos alunos, etc. A dimensão subjetiva, embora não esteja visível ao empírico, é parte importante do processo educativo (AGUIAR E BOCK, 2011) e envolve estudar o sujeito na sua relação com o mundo, isto é, as mediações que constituem os significados e os sentidos acerca do mundo do qual participa e que configuram a sua subjetividade.

Feitas essas considerações, já podemos retomar as questões que abrem esta seção: como nos tornamos humanos? Como desenvolvemos consciência acerca da realidade?

De acordo com as reflexões desenvolvidas, é possível compreender que o processo de torna-se humano não é um dado natural, uma vez que não nascemos humanos, nos tornamos humanos à medida que entramos em atividade e nos relacionamos com a realidade. A atividade é a base material sobre a qual construímos a nossa humanidade. É em atividade que desenvolvemos todas as potencialidades humanas. Tudo o que somos, pensamos, desejamos e projetamos tem relação com a nossa vida social e com um processo muito importante: a significação da atividade social.

A consciência que desenvolvemos acerca da realidade é atravessada pela nossa relação com o social. Portanto, se existe uma atividade social capaz de formar o humano e desenvolver ao máximo sua consciência essa atividade é a educação. Justifica-se a preocupação de todos os governos totalitários em exercer o controle sobre os processos educativos. Daí a explicação para o desmonte da educação pública e os sucessivos ataques que o atual governo brasileiro eleito na última eleição de 2018 vem impetrando aos professores e a escola pública brasileira.

Educar para a produção de conhecimentos que levem os educandos a entenderem quais as determinações que produzem a realidade natural e social em sociedades como a nossa, sociedade em “partejamento” (FREIRE, 2011), dividida em classes, com interesses antagônicos e conflitantes, (FRIGOTTO, 2017) é atividade humana social capaz que produzir consciências mais desenvolvidas do ponto de vista histórico.

Duarte (2004, p. 55) considera que é interesse do poder público, sobretudo quando esse é comprometido com a elite econômica do país e com a manutenção da ordem social, criar mecanismo de controle que acabam dificultando e, até mesmo, impossibilitando o acesso à educação de qualidade à boa parte da população brasileira, sobretudo, as mais carentes.

O modo prático de enfrentarmos essa realidade é o desenvolvimento de educação que promova a problematização da realidade social, das práticas sociais e com isso possibilitar em nossa sala de aula o aprofundamento do processo de tomada de consciência, movimento que poderá resultar na “inserção dos nossos alunos e alunas na história, não mais como espectadores, mas como figurantes e autores.” (FREIRE, 2011, p. 52).

Partindo do que nos diz Saviani (1997) sobre “o que não é garantido pela natureza tem que ser produzido historicamente pelos homens; e aí se incluem os próprios homens”, podemos supor que uma sociedade verdadeiramente democrática, justa e menos desigual não se produz na ausência da mão humana. Se é pela atividade que nos tornamos quem somos, é pela educação, atividade eminentemente social e humana que podemos criar as condições de concretização dessa realidade. De que educação precisamos? Como organizar esse processo e enfrentar o autoritarismo que se instala em nossa sociedade?

### **Educação para formação das potencialidades humanas: caminho de fortalecimento da democracia**

Quando falamos de educação estamos falando do processo de apropriação pelos indivíduos dos valores culturais que são produzidos pelo conjunto dos seres humanos que constituem a realidade social humana. É nessa relação com o social, mediada pelos elementos da cultura que nos tornamos humanos. E o que isso significa objetivamente?

Significa que o modo de compreender a realidade, de sentir, de pensar, de agir, de falar, de se posicionar, enfim, de ser, não é um processo natural, e sim, um processo social. É no social, mediado pela cultura, da qual nos apropriamos na relação com os outros que nos tornamos quem somos. Daí o valor social da educação em nossa sociedade.

De acordo com Saviani (1997, p. 11) “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente”. Entendemos, assim, que para o autor o trabalho educativo consiste no processo de constituição da segunda natureza humana: a natureza social e cultural; natureza que não lhe é dada ao nascer, mas constituída por meio do trabalho educativo realizado em

comunhão com outros homens, a partir de saberes que emergem como resultado do processo de aprendizagem, como resultado do trabalho educativo.

Para se chegar a esse resultado, ou seja, a produção de saberes específicos que contribuam para a constituição social e cultural dos homens, as práticas educativas têm que tomar como referência, como matéria prima de toda atividade a ser desenvolvida, ou seja, o saber objetivo, produzido historicamente pela humanidade, traduzido em conteúdos de ensino.

Dessa forma estaremos contribuindo para formação de potencialidades humanas, potencialidades que o homem não dispõem ao nascer, mas, que são desenvolvidas no curso da sua existência. Com isso entendemos que se o queremos é produzir jovens capazes de compreender a realidade a ponto de fazerem uma leitura crítica do mundo, assumirem posição política e se reconhecendo como sujeitos produtores da realidade social humana, a atividade educativa precisa produzir condições para isso, tendo em vista que a consciência humana é produto da atividade sócio-histórica.

Nesse sentido, reforçamos que a educação é prática social da qual nenhum de nós seres humanos escapa, devendo, portanto, esta, assumir sua condição de prática humanizadora e libertadora. Freire (2011, p.53) confirma essa vocação ontológica da educação quando afirma que “expulsar esta sombra (da opressão) pela conscientização é uma das fundamentais tarefas de uma educação realmente libertadora, e por isso, respeitadora de homens como pessoas.” E como fazer isso no contexto atual? Como exercer uma prática educativa que consolide um processo de educação democrática? Como enfrentar o que vem acontecendo no Brasil no atual momento histórico?

A atual conjuntura política brasileira que tomou assento nas últimas eleições presidenciais ocorridas no ano de 2018 vem concretizando ataques à direitos historicamente constituídos, estimulando a intolerância e produzindo reações favoráveis ao racismo, misoginia e a criminalização de movimentos sociais, ou seja, atitudes que ameaçam a democracia brasileira. Pelas lentes de Frigotto (2017, p. 16) pode-se dizer que “o clima hoje no Brasil é de desagregação social, de produção de ódios às diferenças e de preparação de uma atmosfera de perseguição.”

A escola, especificamente, a sala de aula, não está fora das determinações mais amplas e gerais da sociedade em que se encontra, e, como importante mediadora na prática social, a educação escolar é palco das disputas de projetos de hegemonia, que visam ou a supressão das desigualdades ou a sua manutenção. A exemplo dessa realidade temos o projeto

Escola sem partido, bandeira defendida pelo atual governo e seus seguidores. O Escola sem partido, segundo Frigotto (2017, p. 18):

Se afirma na criminalização das concepções de conhecimento histórico e de formação humana que interessam à classe trabalhadora e em posicionamentos de intolerância e ódio com os movimentos sociais, em particular o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Mas também, o ódio aos movimentos de mulheres, de negros e de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros.

Para fazermos frente a esse movimento precisamos insistir na organização de ações educativas que suprimam os ataques que ameaçam a democracia brasileira. A escola precisa ser palco das manifestações históricas, culturais e artísticas representativas das classes populares. Ações dessa natureza representam práticas de enfrentamento ao cerceamento das liberdades de expressão e de valorização da diversidade brasileira.

Precisamos valorizar os saberes dos educados, as diversas manifestações culturais que ajudam a fortalecer as identidades sociais tão amplamente desvalorizadas. É preciso garantir a escola como espaço de produção de subjetividades livres e críticas. Isso se faz à medida que se valoriza aspectos que são característicos da população estudantil, do seu cotidiano, da sua linguagem e modos de expressão. A escola precisa recuperar a confiança dos jovens e assim fortalecer o coletivo escolar. Ou fazemos isso, ou sucumbiremos “a ameaça ao convívio social e liquidação da escola pública como espaço de formação humana firmada nos valores da liberdade, de convívio democrático e de direito e de respeito à diversidade.” (FRIGOTTO, 2017, p. 16).

São práticas dessa natureza que representam possibilidade de enfrentamento aos ataques à nossa democracia. É preciso saber dizer não à tentativa dos agentes do estado de enquadramento da sociedade brasileira a um modelo que pretende ditar e normatizar modos de pensar, sentir e agir das pessoas. Educar o pensamento crítico dos nossos para que estes saibam identificar “quais as práticas que estão se aproveitando do discurso de cuidado para controla e dominar o outro, para dizer ao outro como ele deve ser, viver, silenciar e morrer para não incomodar e atrapalhar o grande soberano da atualidade: o mercado”. (FRIGOTTO, 2017, p. 13).

É preciso dizer não a pensamentos como “menino veste azul e menina veste rosa”, frase aparentemente inofensiva, mas que na sua essência revela o desprezo, desrespeito e preconceito para com as questões de gênero, sexualidade e diversidade. É preciso se contrapor

a projetos como o Escola sem partido que representa ameaça concreta à educação democrática no nosso país, e que expressa, nas palavras de Frigotto (2017, p.29):

O epílogo de um processo que quer estatuir uma lei que define o que é ciência e conhecimentos válidos, e que os professores só podem seguir a cartilha das conclusões e interpretações da ciência oficial, uma ciência supostamente não neutra. Para isso, manipula até mesmo o sentido liberal de política, induzindo a ideia de que a escola no Brasil estaria comandada por um partido político e seus profissionais e os alunos seres idiotas manipulados.

Não é à toa que o governo atual vem declarando guerra à Paulo Freire e ao que vem sendo chamado de “marxismo cultural”. A intenção é banir qualquer pensamento que fundamente a educação como prática de liberdade. Como a realidade se constitui no movimento dialético de forças opostas, contraditoriamente, esse movimento vem produzindo a necessidade de voltarmos a praticar a pedagogia de Paulo Freire, de retomarmos uma ideia simples, mas profunda e estimulante, “a educação democrática é uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política.” (FREIRE, 2011, p. 19).

A educação numa sociedade democrática não pode acontecer desvinculada do processo de conscientização das massas. Os professores precisam praticar diariamente a educação como ato político, com o objetivo essencial de estimular o debate crítico acerca da realidade e dos determinantes sociais e históricos que constituem a realidade social humana.

Toda e qualquer forma de exclusão social deve ser denunciada, debatida, questionada em sala de aula. É preciso deixar claro para os estudantes que essas são formas de manifestações da sociedade e produto das circunstancia históricas que podem e devem ser transformadas. Só assim estaremos colaborando para a formação de alunos e alunas corajosos, audaciosos, críticos e criativos com condições subjetivas para enfrentar a onda conservadora que se levanta sobre nós. A educação democrática quando está a serviço de conscientizar as massas, torna-se “perigosa estratégia de subversão”. (FREIRE, 2011, p. 19).

Nesse sentido precisamos assumir o lado nessa luta no sentido de suprimir todas as formas de opressão, discriminação e preconceito que resistem nas escolas. É preciso tomar partido por uma educação laica, gratuita, de qualidade, que respeite e dê espaço e valorize a diversidade. Educar para a formação das potencialidades humanas, para a liberdade e para a democracia significa, nas palavras de Freire (2013, p. 100) que:

Não posso ser professor a favor de quem quer que seja e a favor não importa o que. Não posso ser professor a favor simplesmente do homem ou da humanidade, frase de uma vaguidade demasiado contrastante com a

concretude da prática educativa. Sou professor a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciosidade, da democracia contra a ditadura de direita ou de esquerda. Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais. Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: a miséria na fartura. Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo. Sou professor contra o desengano que me consome e imobiliza.

A lição que Paulo Freire objetiva com essas palavras leva-nos a reflexão de que é necessário lutar por uma educação verdadeiramente democrática, na qual seja possível ensinar aos nossos alunos o exercício do pensamento crítico, livre e consciente. É possível ensinar aos nossos alunos que a realidade social não é uma sucessão de fatalismos, que a fome, a miséria, a violência contra negros, gays, lésbicas e mulheres é resultado de uma cultura de preconceito e discriminação e que a mudança dessa realidade não depende de vontade divina, mas, da vontade dos homens e mulheres que compõe e dão conteúdo e forma ao tecido social.

Apesar do avanço da intolerância, do preconceito, da cultura do medo, do ódio, da perseguição, da criminalização dos movimentos sociais, do machismo, não podemos desistir de acreditar que a educação, “como experiência especificamente humana, é uma forma de intervenção no mundo”. (FREIRE, 2013, p. 96). Precisamos continuar resistindo e enfrentando essas contradições com ações organizadas que se proponham a denunciar que “a prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia.” ( p. 37).

Quando Marx (2007, p. 6) afirma que “o homem constrói sua natureza humana e social. Mas não a faz exclusivamente pelo comando da sua vontade, mas mediado pelas circunstâncias” ele está se referindo as condições de existência que medeiam o desenvolvimento histórico dos homens e reforça o entendimento de que a desigualdade de possibilidades compromete o desenvolvimento da humanidade no homem. Sabedores disso e conscientes de que a democracia e a liberdade são processos sociais que não se efetivam sem lutas, precisamos, enquanto educadores, mediar o desenvolvimento de práticas educativas que desponham como possibilidades pelas quais nossos alunos alcancem as condições de viver numa sociedade democrática e livre.

Reafirmamos então que a educação fortalece a democracia quando é desenvolvida na perspectiva da formação das potencialidades humanas, que significa educação capaz de



desenvolver no ser humano seu pensamento crítico, sua linguagem, sua emoção, seu pensamento, sua criatividade, enfim, sua consciência.

Quando os conteúdos dessa prática são discutidos à luz dos fatos da realidade social, estimulando o debate e a tomada de posição, esse projeto de educação constitui-se como possibilidade de desenvolvimento de uma educação que serve ao propósito de fortalecer a democracia porque se sustenta na ideia de que “Educar não é a mera transferência de conhecimentos, mas sim a conscientização e testemunho da vida. É construir, libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidades.” (MESZÁROS, 2005, p. 13).

### **Considerações finais**

As considerações até aqui expostas tinham o objetivo de esclarecer como a educação para formação humana se constitui em prática de enfrentamento em meio à crise da democracia brasileira. Nossa tese encontra-se ancorada em duas premissas. A concepção de que os homens produzem sua humanidade na relação com a realidade natural e social, mediados pela atividade. E a concepção de que a realidade humano social é produto da atividade histórica dos seres humanos. Portanto, a possibilidade de enfrentar a onda de ataques à democracia brasileira via educação pública, está contida nas ações humanas que constituem a própria realidade.

Não é de hoje que o Brasil protagoniza a produção de desigualdades, isso está inscrito na sua história, “o Brasil no contexto do capitalismo mundial, estruturou-se sob o signo colonizador e escravocrata e, como tal, produziu uma das sociedades mais desiguais e violentas do mundo.” (FRIGOTTO, 2017, p. 20). A história continua se repetindo, ora como tragédia, ora como farsa, como alertou Marx. (2007).

A tentativa de destruir a educação pública, gratuita, laica favorece a manutenção de um sistema social cada vez mais desigual e excludente que só pode continuar existindo em nossa sociedade pela “manipulação ideológica das massas” que condenadas “a miséria educacional e cultural”, tornam-se reféns da manipulação das mídias que “moem seus cérebros”, tornando-os suscetíveis “ao mercado de seitas religiosas que usam “deus” como mercadoria.” (FRIGOTTO, 2018, p. 20).

Para finalizar, em linhas gerais, consideramos que a educação que se configura como prática de enfrentamento em meio à crise da democracia brasileira se assenta na valorização da socialização do saber objetivo e da sua apropriação pelos estudantes, condição

essencial para que estes se deem conta da sua situação histórica e das possibilidades de transformação de suas realidades. Sem a socialização do saber objetivo, sem a sua apropriação da cultura coletivamente produzida, dificilmente os educandos alcançarão nível de compreensão da realidade capaz de levá-los ao desenvolvimento de ações coletivas conscientemente dirigidas para a superação das contradições sociais.

Nesse projeto, todos nós educadores precisamos assumir a defesa da escola pública laica e democrática e da sua legitimação como espaço onde são produzidas as condições para que professores e alunos sistematizem ações educativas com vistas a alcançar o desenvolvimento social, cultural e, conseqüentemente, humano com vistas a superar todo tipo de desigualdade e injustiça social. Recuperando as palavras de Frigotto (2017), a função docente no ato de ensinar tem implícito o ato de educar, o que na sua essência significa confrontar visões de mundo, de concepções científicas e de métodos pedagógicos, estimulando assim a capacidade crítica e criativa dos educandos.

Antes que o fantasma da opressão, da perseguição, da patrulha ideológica tome conta dos nossos corpos e mentes, precisamos produzir movimentos no sentido suplantar qualquer tentativa de avanço desse projeto. É preciso reunir forças corpóreas, intelectuais, emocionais e éticas capazes de produzir ações práticas que favoreçam a constituição de subjetividades mais desenvolvidas do ponto de vista humano, o que significa pessoas com maior disponibilidade para conhecer, para amar, cuidar, se solidarizar e viver em comunhão dos os outros, respeitando as diferenças.

Estes são desafios que temos pela frente. Desafios que poderão ser superados com a força do coletivo organizado de professores e educandos dispostos a enfrentar toda forma de tirania e de violência que produz a morte lenta da vida e da esperança em nossa sociedade. Educar pela manutenção da vida, pela liberdade do convívio social, do respeito à diversidade e à diferença, é o princípio fundamental pelo qual vale a pena lutar para a manutenção de uma educação fundamentalmente democrática.

## Referências

AGUIAR, W. M. J. de; BOCK, A. M. B. Apreensão dos sentidos: a busca do método. In. MAGALHÃES, M. C. C.; FIDALGO, S. S.(Org.). **Questões de método e de linguagem na formação docente**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

DUARTE, N. Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A. N. Leontiev. **Cad. CEDES** [ On line]. 2004. Vol. 24, n. 62. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=s0101](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0101).

FREDERICO, Celso. **O jovem Marx: 1843-1844: as origens da ontologia do ser social**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p 17-34.

KOZULIN, Alex. O conceito de atividade na psicologia soviética: Vygotsky, seus discípulos, seus críticos. In. DANIELS, Herry. (Org.). **Uma introdução à Vygotsky**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

LEONTIEV, A. N. Artigo de introdução sobre o trabalho criativo de L.S. Vigotski. In. VIGOTSKI, L. S. **Teoria e método em psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa, Portugal: Horizonte Universitário, 1978.

MARX, K ; ENGELS, F. **A ideologia alemã: teses sobre feuerbach**. São Paulo: centauro, 2002.

MARX, K. **O 18 brumário de Napoleão Bonaparte**. São Paulo: Edição Ridendo Casting Mores, 2000. E-book.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SAVIANI, Demerval. **A crise política no Brasil, o golpe e o papel da educação na resistência e na transformação**. In. LUCENA, Carlos; PEVITRALI, Fabiane; SANTANA, Lucena Lurdes. **A crise da democracia brasileira**. Ed. Eletrônica. Uberlândia: Navegando publicações, 2017. p 215-232.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas, São Paulo: autores associados, 1997.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. São Paulo: expressão popular, 2011.

VIGOTSKI, L. **Teoria e método em psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VIGOTSKI, L. **A construção do pensamento e da linguagem**. . São Paulo: Martins Fontes, 2009.

VIGOTSKI, L. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins fontes, 1998.

**Recebido em:** 03/2019

**Aceito em:** 07/2019